



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

INGRIDY GABRIELLE DE SOUSA ROQUE

**“É FEITO DE AÇO ESSE BATALHÃO!”: APONTAMENTOS SOBRE A CULTURA
POPULAR DE RIACHUELO-SE (1984)**

São Cristóvão-SE
2024.1

INGRIDY GABRIELLE DE SOUSA ROQUE

**“É FEITO DE AÇO ESSE BATALHÃO!”: APONTAMENTOS SOBRE A CULTURA
POPULAR DE RIACHUELO-SE (1984)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Prática de Pesquisa do curso de Licenciatura plena em História da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos.

São Cristóvão

RESUMO

Em outubro de 1984, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura lançou, por meio da Subsecretaria de Cultura e Arte, o sétimo caderno da Coleção de Cadernos de Cultura Popular, intitulada "Riachuelo: Danças e Folguedos Folclóricos". O presente artigo tem como objetivo abordar três questões principais: a visão da cultura pela secretaria de Educação e Cultura; com que intenção a Coleção de Cadernos da Cultura Popular foi criada; e o motivo pelo qual Riachuelo foi escolhida pela secretaria, visto que, nem todos os municípios do estado foram contemplados com cadernos próprios. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que visa ampliar o conhecimento sobre o período, anteriormente referido por romancistas riachuelenses como "o passado de riquezas" da cultura popular de Riachuelo.

Palavras-chave: Cultura-Popular; Riachuelo; Secretaria de Educação e Cultura; Cadernos.

ABSTRACT

In October 1984, the State Department of Education and Culture, through the Subsecretariat of Culture and Art, released the seventh booklet of the Popular Culture Notebooks Collection, titled "Riachuelo: Folk Dances and Festivals." This project aims to address three main issues: the Department of Education and Culture's view of culture; the intention behind the creation of the Popular Culture Notebooks Collection; and the reason why Riachuelo was chosen by the department, considering that not all municipalities in the state were granted their own booklets. This article presents the results of research aimed at expanding knowledge about the period, previously referred to by writers from Riachuelo as "the past of riches" of Riachuelo's popular culture.

Keywords: Popular Culture; Riachuelo; Department of Education and Culture;

*À Maria Helena Santos, por ter – numa noite
de São João – me levado para dançar
batalhão. (In Memoriam)*

APRESENTAÇÃO

A Ostra, para fazer uma pérola, precisa ter dentro de si um grão de areia que a faça sofrer. Sofrendo, a Ostra diz para si mesma: 'Preciso envolver essa areia pontuda que me machuca com uma esfera lisa que lhe tire as pontas...' Ostras felizes não fazem pérolas. (Rubem Alves)

Meu interesse pela cultura popular remonta aos primeiros anos da minha infância, quando acompanhava minha amada avó Helena aos cortejos do batalhão Coração do Amor nas noites de São João. Ao longo dos anos de graduação, desenvolvi certa decepção por não encontrar com frequência, nos textos e livros voltados para a cultura popular sergipana que consultei, referências às manifestações culturais de cunho popular da cidade de Riachuelo. Essa decepção inicial evoluiu para uma investigação mais profunda, motivando-me a explorar de maneira acadêmica. Como diria o senhor-meu-orientador Claudefranklin Monteiro: "Não é você quem escolhe o seu tema, é o tema quem escolhe você", sendo assim fui laçada pela necessidade de escrever sobre minha terra natal, mas, minha amada avó Helena — minha mãezinha — faleceu durante o processo de produção deste artigo. Infelizmente, não pude, e jamais poderei dividir com ela as descobertas que fiz sobre a manifestação cultural que ela tanto amou compor e em meio a esta dor, aprendi, portanto, a envolver a areia pontuda do luto em uma esfera lisa para poder concluir a minha missão.

O presente artigo busca, analisar uma das fontes relacionadas à cultura popular da cidade de Riachuelo, o caderno Riachuelo: Danças e Folguedos Folclóricos, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Cultura e Educação, através da Subsecretaria de Cultura e Arte (SUCA). Buscando contribuir para um entendimento mais amplo sobre o assunto, proponho-me a explorar a perspectiva que as instituições oficiais tinham acerca do conceito de cultura durante as décadas estudadas, também exploro as noções de dois termos interligados à noção de cultura — cultura erudita e cultura popular e tento, brevemente, refletir acerca da definição de política cultural e gestão cultural, que será de grande importância para compreender como eram as ações de cultura em termos de políticas públicas e o tratamento que estas reservavam à cultura popular das épocas estudadas.

A diferenciação entre os termos "cultura popular" e "cultura erudita" remonta ao desenvolvimento da noção de cultura ao longo dos séculos, surgindo para distinguir diferentes formas de produção e expressão cultural, particularmente a partir do século XVIII. Como bem coloca o historiador Petrônio José Domingues em sua obra *Cultura Popular: As Construções de um Conceito na Produção Historiográfica* (2011), os intelectuais europeus da segunda

metade do século XVIII separaram esses dois polos por meio do conceito de “Folclore”, que pode ser traduzido como o “saber do povo” – e é também muito utilizado em alguns momentos históricos como um sinônimo para cultura popular – demarcando a fronteira entre as manifestações culturais das camadas sociais abastadas e aquelas compartilhadas pelas classes populares (Domingues, 2011, p. 402).

Os termos “políticas culturais” e “gestão cultural”, são expressões associadas ao universo da administração pública brasileira. A política cultural pode ser entendida como programas de intervenção realizados pelo Estado, por instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários, com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas (Coelho, 2004, p. 293). Em suma, são ações, planos e decisões implementadas por governos, instituições públicas ou privadas com o objetivo de promover, apoiar, regular e preservar a cultura em uma sociedade. Gestão cultural, por sua vez, implica em pôr em prática as normas, planos e projetos da política cultural, estabelecendo a logística ideal para que as instituições culturais realizem as intervenções planejadas nos programas de política cultural.

Para melhor compreensão dos debates propostos, o presente artigo está dividido em três partes: 1) Cultura e Políticas Culturais em Sergipe — onde tento traçar um histórico das ações de cultura em termos de políticas públicas no estado de Sergipe, levando em consideração a organização do governo e observando o conceito de cultura que se tinha na época citada; 2) Riachuelo: Um Breve Histórico — onde apresento um balanço histórico e cultural da cidade de Riachuelo até os anos 1980, década em que o caderno foi lançado; e, por fim, 3) Um Catálogo de Cultura para Riachuelo — onde descrevo o catálogo desenvolvido pela Subsecretaria de Cultura e Arte e tento analisar seu contexto de produção.

1. CULTURA E POLÍTICAS CULTURAIS EM SERGIPE

Para analisar detalhadamente as chamadas políticas culturais é preciso levar em consideração que tanto as políticas culturais já implementadas quanto as que ainda estão em vigor, foram desenvolvidas para compor programas com objetivos que são perpassados pelo que se compreende de Cultura na época da sua formulação, ou seja, um pesquisador necessita de significativo esforço para compreender as Políticas Culturais dentro do seu tempo.¹ A reflexão proposta pelo professor, pesquisador e jornalista, Antônio Albino Rubim, sobre o conceito de política cultural é de suma importância para entender que toda política está sustentada por uma visão específica e, no caso das políticas culturais, uma visão específica de cultura, ainda que esta visão não seja explicitamente mencionada.

A ideia central é que a maneira como se entende e define "cultura" influencia diretamente as decisões políticas e os objetivos de tais políticas. Esclarecer o conceito de cultura envolvido em uma política cultural é essencial para entender como essas políticas se desenvolvem e quais aspectos da vida cultural elas pretendem moldar ou valorizar. Um conceito mais amplo de cultura, por exemplo, pode incluir tanto as expressões artísticas tradicionais quanto as formas contemporâneas e populares de arte e comunicação, ampliando o campo de ação das políticas culturais. Já um conceito mais restrito pode priorizar expressões culturais específicas, deixando de lado práticas culturais consideradas "menores" ou "marginais".

O historiador Petrônio José Domingues em sua obra, *Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica (2011)*, busca discutir, entre outras coisas, as delimitações que separam os diferentes conceitos de Cultura, com enfoque nas chamadas Cultura Popular e Erudita. Nas palavras de Domingues:

O que se qualifica de 'erudito' e 'popular' está em permanente processo de ajustes, desajustes e reajustes, em suma, em movimento. Assim, tornar indissociável a divisão entre eles é anular os postulados metodológicos que procuram conferir um tratamento contrastado de um e de outro domínio. (Domingues, 2011, p 404).

Ao dizer que o que é considerado erudito ou popular está em um processo contínuo de ajustes, ele sugere que essas categorias não são fixas – tal qual o já posto debate acerca do próprio conceito de cultura, difícil de se fixar em interpretação única.

¹ Políticas Culturais do Brasil: Balanço e Perspectivas. In: Rubim, Antonio Albino. p.149.

O que se sabe ‘ao cair do pano’ é que, a cultura popular se origina no cotidiano das pessoas comuns a partir das suas vivências de comunidade – seus costumes, crenças, práticas sociais, festividades e etc. – já a cultura erudita ou alta cultura, está geralmente associada às classes sociais mais altas ou à elite intelectual, muitas vezes produzido em ambientes acadêmicos ou institucionais e inclui literatura clássica, música clássica, teatro, artes plásticas e obras filosóficas. Sabe-se também que as estruturas institucionais e, por muito tempo boa parte da sociedade, nem sempre reconheceram a cultura popular como manifestação cultural legítima, o que as levou por vezes a não serem vislumbradas como alvo de políticas de preservação.

As políticas culturais podem ser abrangentes, envolvendo várias áreas da cultura, como o patrimônio histórico, as artes, a música, o cinema, a literatura, ou as expressões populares. Geralmente, quando o estado implementa uma política cultural – através da gestão cultural – pode o fazê-lo de três formas: 1) Por meio de normas jurídicas, que determinam procedimentos e estabelecem a relação entre os agentes envolvidos e os bens culturais; 2) Através de intervenção direta, ou a própria produção das atividades culturais; 3) Por meio do apoio à produção cultural, incentivando artistas, mantendo ou criando infraestrutura adequada, fomentando a formação de público e mantendo o estímulo cultural. Neste último caso, leva-se em consideração que "(...) *quando as políticas Culturais são empreendidas pela sociedade, sua ação torna-se mais facilmente legítima perante o povo*" (Matos, 2013, p.45).

Nesse sentido, refletir sobre o conceito de cultura subjacente às políticas culturais torna-se fundamental para compreender tanto o alcance quanto as limitações dessas políticas, além dos problemas que elas podem vir a gerar ou resolver.

Uma boa forma de compreender a instrumentalização política da cultura, é observar a maneira como os governos autoritários interessa-se em tratá-la, a política cultural do regime varguista, por exemplo, estava intrinsecamente ligada à visão centralizadora e autoritária do governo, como é posto pela historiadora e professora da Universidade de São Paulo Maria Helena Capelato em seu texto *O Estado Novo: O que trouxe de novo?*

A política cultural do Varguismo foi coerente com a concepção de estado que orientou a atuação do governante. Em nome de valores políticos, ideológicos, religiosos e morais, os representantes do regime justificavam a proibição ou valorização de produtos culturais. (...) A cultura foi entendida como suporte da política e nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram. (2003, p. 125)

Através dessa ótica, pode-se compreender que a concepção de Estado defendida por Getúlio Vargas regulava a cultura de acordo com valores que reforçavam a estabilidade do regime, a unidade nacional e a moralidade pública, alinhando-se às demandas políticas e ideológicas do momento. A menção à proibição ou valorização de produtos culturais mostra como o Estado controlava o que deveria ser legitimado ou censurado, de acordo com os interesses do governo. Vargas usava a cultura como um meio de construir uma identidade nacional, promovendo elementos que reforçassem a imagem de um Brasil unido, tradicional e forte. Isso se refletia, por exemplo, na valorização de símbolos nacionais e na promoção de uma cultura "popular", ao mesmo tempo em que produtos culturais que ameaçavam ou questionavam a ordem estabelecida eram reprimidos.

A cultura, então, não era apenas uma expressão, mas se tornava um veículo de propaganda política, servindo para moldar o imaginário coletivo e fortalecer o poder estatal, transformando-se em um instrumento de controle social e de construção da narrativa ideológica do regime. O contexto cultural estudado no presente artigo não corresponde a Era Vargas, mas está associado ao período de fim do regime ditatorial militar e transição para o retorno do regime político democrático, o que também demonstra um conceito peculiar de cultura, onde as expressões culturais eram usadas para legitimar e perpetuar o poder.

Segundo Sá (1995) uma das formas de percebermos a intervenção da política estatal pós-golpe na esfera cultural é o impacto da política de turismo no processo de mercantilização da cultura popular, como, por exemplo, a associação das Casas de Cultura Popular no Nordeste às grandes empresas de turismo (1995 p. 14), o que nos leva entender que o regime militar utilizou a cultura popular como um recurso estratégico para seus objetivos políticos e econômicos.

Uma reflexão importante de se fazer após fazer esta primeira constatação é sobre o impacto da mercantilização da cultura popular, especialmente no Nordeste, onde tradições como o artesanato e o folclore foram incentivadas e exploradas economicamente, com a mediação destas grandes empresas. O Estado, sob a ideologia da segurança nacional, incentivava a preservação e a promoção de aspectos da cultura local, mas com uma finalidade instrumental: integrá-los ao mercado, tornando-os produtos comercializáveis para o consumo externo e essa mercantilização da cultura distorce, em muitos casos, as manifestações culturais originais, transformando-as em atrações turísticas ou mercadorias, o que pode esvaziar seu sentido social e cultural genuíno. O incentivo à cultura popular, nesses termos, funcionava como uma estratégia tanto de controle social quanto de promoção de uma

identidade nacional que fosse compatível com os interesses do regime, padrão semelhante ao antes citado sobre a Era Vargas.

Essa postura revela como o Estado passou a ver a cultura menos como uma manifestação identitária ou de memória coletiva, e mais como um recurso econômico. As políticas públicas culturais desta época tinham, portanto, o efeito de criar uma vitrine cultural para o exterior, reforçando a imagem de um Brasil exótico e rico em tradições, mas ao mesmo tempo atendendo às necessidades de controle e propaganda do regime militar e servindo como agenda econômica, ao buscar desenvolver o setor turístico como fonte de receita, em vez de focar apenas na preservação de identidades locais ou no fortalecimento das comunidades envolvidas.

De acordo com Ibarê Dantas (2004) entre 1964 e 1982, Sergipe vivenciou um período marcado pela predominância do Estado, em meio a uma contínua tensão com a sociedade, especialmente com setores ligados às artes e à cultura. Durante o regime militar, os governantes buscavam reorientar a política econômica ao mesmo tempo que impunham novos padrões ao setor cultural. Esse processo, no entanto, gerou desconfiças, principalmente entre setores intelectualizados, que resistiam às decisões provenientes do governo central. A partir de 1969, após a sociedade ser subjugada e as produções artísticas submetidas à censura, o governo militar de Sergipe implementou uma política cultural mais ampla, em busca de legitimidade. Paralelamente à modernização do desenvolvimento capitalista, o Estado promoveu uma política cultural burocrática e autoritária, em sintonia com a lógica do mercado. Novos órgãos locais, como escolas, museus e secretarias, foram criados, contribuindo para a programação e divulgação de eventos culturais sem precedentes. Um dos marcos dessa política foi a criação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), o festival de São Cristóvão e os encontros culturais.

No ano de 1970, foi publicado *O Compromisso de Brasília*, um documento gerado a partir dos Anais do primeiro encontro dos governadores de estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios, presidentes e representantes de instituições culturais. O documento apresenta-se como fruto de “um encontro promovido pelo Ministério da Educação e Cultura para estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional”. O Compromisso de Brasília foi fundamental para o desenvolvimento das políticas culturais e patrimoniais em Sergipe, em razão da recomendação do governo federal para que os estados criassem órgãos culturais. Esse compromisso impulsionou a criação, no mesmo ano, do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico de Sergipe (DCPH), que passou a organizar o acervo documental e a

realizar levantamentos sobre o patrimônio arquitetônico, histórico e artístico do estado (Aguiar, 2017, p. 48-49).

Em seu ano de fundação, o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico de Sergipe (DCPH) encontrava-se em situação de esperança e ansiedade pelo possível sucesso na realização do planejamento cultural do estado. Além dos valores destinados ao DCPH, outros incentivos para a realização de projetos foram obtidos por meio de várias instituições, como o Conselho Federal de Cultura, Fundo de Cultura, Fundo de Participação, Fundação de Bibliotecas, Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural e o Fundo Especial (Oliveira, 2019, p.72).

Para o ano seguinte, foram estabelecidas como metas prioritárias para a Cultura e o Patrimônio Histórico: reorganizar o Museu de Sergipe; organizar o Arquivo Público; restaurar monumentos históricos; iniciar a construção de um novo prédio para a Biblioteca Pública; ampliar o acervo das bibliotecas públicas e comunitárias, bem como abrir essas instituições à população; oferecer cursos de extensão cultural, além de publicações, prêmios e apoio a instituições particulares; apoiar grupos folclóricos e fomentar pesquisas na área.² Tratava-se de um momento de grande expectativa e otimismo no campo das políticas culturais em Sergipe, e a articulação das diversas instituições e fundos para a implementação dessas políticas foram de suma importância (OLIVEIRA, 2019, p.72).

Nas décadas de 1970 e 1980, o Governo Estadual adotou uma postura mais organizada em favor da preservação cultural de Sergipe. Esse momento foi crucial para despertar uma consciência sobre a importância dessa memória. Certamente, a dinâmica que moldou o cenário cultural nesse período seguiu as tendências estabelecidas pelo Governo Federal³.

Em 1975, foi formulado um Plano Nacional de Cultura que, finalmente, cita as manifestações populares, mas é movido por um conceito de Cultura igualmente problemático por ser “desagregador” nos tratamentos. Em seu texto *Políticas Nacionais de Cultura: O documento de 1975 e a proposta do governo Lula/Gil* (2009) a pesquisadora Paula Félix dos Reis debate:

Embora o texto cite o estímulo à criatividade e às diferenças, a cultura é vista como um somatório que resulta em uma unidade, com uma composição uniforme e harmônica. Dessa forma, se observada a eliminação das diferenças culturais, reduzidas a uma identidade única, nacional e original. (2009 p. 86)

² Quadro resumo: “metas e medidas prioritárias”, Subprograma – Cultura e Patrimônio Histórico 1971. In: Plano Estadual de Educação e Cultura, dezembro/1970. p. 131-132.

³ Vide: Matos, 2013 p.57

Além do conceito contraditório de cultura, outro trecho preocupante do PNC de 1975 sugere que o estado deve intervir em casos de “modernidade excessiva”:

O problema da qualidade é prioritário por ser responsável pelo próprio nível do desenvolvimento. Cabe ao estado estimular as concorrências qualitativas entre as fontes de produção. Mas para que haja qualidade é necessário precaver-se contra certos males, como o culto à novidade. Características de país em desenvolvimento, devido à comunicação em massa e à imitação dos povos desenvolvidos. (Ministério da Educação e Cultura, 1975, p. 13)

O trecho acima citado evidencia a tensão entre o respeito à diversidade cultural e o papel do Estado autoritário em moldar e proteger a cultura. Essa dualidade expressa um conflito típico de políticas culturais que, promete promover a liberdade de criação e expressão, mas sente necessidade de, sob a égide de preservar, controlar as direções que essa produção toma, muitas vezes em nome da coesão social ou de uma noção de identidade nacional.

Em 1976 é publicada a Lei Estadual N° 2.069 que visa proteger e valorizar o patrimônio histórico, artístico e cultural do estado, compreendendo como cultura um conjunto diversificado de bens móveis e imóveis que carregam relevância estética, histórica, natural ou científica.

LEI N° 2.069, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1976

CAPÍTULO I - DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

Art. 1º Ficam sob a proteção e vigilância do Poder Público Estadual, por intermédio da Secretária de Educação e Cultura, os bens móveis e imóveis atuais ou futuros existentes nos limites de seu território, cuja preservação seja de interesse público, desde que se enquadrem em um dos seguintes incisos:

I - Construções e obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativas de determinada época ou estilo;

II - Edifícios, monumentos, documentos e objetos intimamente vinculados à fato memorável da História local ou a pessoa de excepcional notoriedade;

III - Monumentos naturais, sítios e paisagens, inclusive os agenciados pela indústria humana, que possuam especial atrativo ou sirvam de "habitat" a espécimes interessantes da flora e da fauna local;

IV - Bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural;

V - Sítios arqueológicos.

Art. 2º Os bens a que se refere o artigo 1º passarão a constituir o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, depois de decretado o seu tombamento por

ato de chefe do Poder Executivo Estadual e efetuada a sua inscrição no Livro de Tombo.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 A Secretária de Educação e Cultura manterá entendimentos com as autoridades federais, estaduais e municipais, quer civis, militares ou eclesiástica, com instituições científicas, históricas e artísticas e com pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, visando a obtenção de apoio e cooperação para a constituição do Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe

Art. 19 A Secretária da Educação e Cultura realizará, juntamente com a Fundação Aperipê de Sergipe e outras emissoras de rádio e televisão, respeitada a legislação pertinente à radiodifusão, bem como junto aos estabelecimentos de ensino, uma sistemática campanha educativa com vistas a criar, no seio da comunidade e da juventude, uma consciência pública sobre o valor e o significado do patrimônio histórico, artístico, etnográfico e paisagístico do Estado e sobre a necessidade de sua preservação

(...) Art. 23 Constitui dever das autoridades, dos responsáveis por instituições e das pessoas mencionadas no artigo 18, a comunicação, a Secretaria e Educação e Cultura, de fatos infringentes da presente Lei, que cheguem ao seu conhecimento

Art. 24 Apurado qualquer delito contra o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, a Secretária de Educação e Cultura enviará o resultado de suas averiguações ao Procurador Geral do Estado, a fim de habilitar o Ministério Público a proceder contra os indiciados, de acordo, com a legislação penal que rege a espécie

Art. 26 Os valores resultantes da aplicação das multas previstas nesta Lei serão integrados ao Fundo de Promoção Cultural de Sergipe, nos termos da Lei nº 1962, de 30 de setembro de 1975, constituindo recursos para a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe

Art. 27 O poder executivo poderá, por intermédio da Secretária de Educação e Cultura, realizar convênio com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a coordenação e desenvolvimento das atividades determinadas na presente Lei.⁴

Esta lei identifica a cultura como o reflexo das construções arquitetônicas, obras de arte, monumentos, documentos, sítios arqueológicos, bibliotecas, e até paisagens naturais ou humanamente modificadas que possuem importância para a memória e identidade sergipana, mas em nenhum momento cita as manifestações populares, ou seja, o conceito de cultura envolvido nesta política cultural não as compreende como passíveis do resguardo ofertado.

Em 1979, ocorreu uma significativa reformulação na estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, que resultou na criação da Subsecretaria de Cultura e Arte (SUCA). Essa subsecretaria passou a supervisionar três órgãos principais: a Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, a Coordenadoria de Estabelecimentos

⁴ SERGIPE. Lei nº 2.069 de 28 de dezembro de 1976: Dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe e dá outras providências.

Culturais e a Assessoria de Cultura e Arte. A partir da década de 1980, surgiram no Brasil os primeiros Centros de Cultura, financiados pelo Estado, que se espalharam pelas cidades como importantes espaços de ação cultural, com o objetivo de democratizar o acesso à criação e produção cultural. (Matos, 2013, p.63)

Em 1985, a SUCA foi transformada na Fundação de Desenvolvimento Cultural de Sergipe (FUNDESC)⁵, um órgão descentralizado do Poder Executivo, idealizado pelo professor Fernando Lins de Carvalho, seu primeiro presidente. Inicialmente, a FUNDESC atuava em duas frentes principais: a execução de projetos culturais e a divulgação. Embora pequena, a fundação buscava difundir diversos aspectos da cultura sergipana, como patrimônio, música, cinema, literatura e cultura popular, até sua extinção em 1991. A FUNDESC se destacou como um órgão de incentivo à difusão cultural e, em certa medida, contribuiu para a legitimação da cultura perante a iniciativa privada, ainda que o Estado permanecesse como seu principal financiador. (Matos, 2013, p.63)

Ainda em 1985, foi criado o Centro de Criatividade, com o intuito de explorar novas linguagens artísticas por meio da arte-educação. Inspirado no Centro de Criatividade de Curitiba, o espaço sergipano foi construído nas proximidades da antiga caixa d'água do bairro Cirurgia, visando atender a comunidade local. O centro se dedicou à formação artística e ao estímulo à experimentação criativa. Durante os anos 1980 e parte dos anos 1990, o Centro de Criatividade de Sergipe se consolidou como um importante espaço de promoção cultural, oferecendo oficinas em diversas áreas, como música, teatro, dança, artes plásticas e cultura popular, além de abrigar exposições e projetos que revelaram novos talentos. O centro representou uma tentativa concreta de ampliar o acesso à cultura, compreendida em sua diversidade. (Matos, 2013, p.64)

Nesta seção, apresentei o resultado do meu esforço em destacar o conjunto de ações promovidas tanto pelo poder público durante as décadas de 1970 e 1980 voltadas para a preservação da memória e da identidade do povo sergipano. Não tive a intenção de esgotar o debate sobre os marcos da história cultural de Sergipe, mas sim de expor a dinâmica vida cultural do estado, assim como a forma pela qual ela se articulava com os projetos implementados pelo Governo Federal. Procurei também apontar como o conceito de cultura esteve imerso em valores que influenciaram a gestão cultural, não apenas em Sergipe, mas em todo o Brasil, especialmente no contexto ditatorial, que regulava a cultura de maneira a reforçar a estabilidade do regime, a unidade nacional e a moralidade pública, alinhamento

⁵ Através da Lei Nº 2.517, DE 05 de Dezembro de 1984, fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Estadual de Cultura - FUNDESC.

visto de maneiras semelhantes em outros momentos em que a democracia brasileira esteve ameaçada.

2. RIACHUELO: UM BREVE HISTÓRICO

No leste do Estado Sergipano, na região primeiramente conhecida como Zona da Mata e posteriormente nomeada de Vale do Cotinguiaba, existe uma cidadezinha chamada Riachuelo. Localizada a exatos 30,1km da capital do estado, Riachuelo tem suas raízes ligadas à herança cultural do ciclo açucareiro que teve uma influência decisiva na formação urbana do Nordeste do Brasil.

O povoamento se desenvolveu a partir da instalação de engenhos de açúcar, um elemento característico na história brasileira. Sua ocupação primária deu-se por volta do século XVIII e XIX (Dantas, 1980, p.18, apud, Franco 2023, p. 14) quando se instalaram mais de 35 engenhos de açúcar, destes apenas nove tendo projeção – Fazenda Angico, o Engenho Espírito Santo, o Engenho Massapê, o Engenho Porto dos Barcos, o Engenho Sant’Anna, o Engenho Penha, o Engenho Lyra e por fim o Engenho Central, este último no final do século XIX. A circulação de produtos derivados do açúcar contribuiu para a formação do núcleo urbano, que se consolidou como cidade em 1890. E embora tenha tido um crescimento inicial lento, Riachuelo se tornou um ponto estratégico no comércio de açúcar, formando, junto com Maruim e Laranjeiras, um trio de relevância comercial no Vale do Cotinguiaba. A produção de açúcar na região era significativa, com parte sendo exportada para a Europa através do "Porto das Redes", onde funcionava a alfândega. A localização desse aglomerado às margens do rio Sergipe desempenhou um papel crucial no seu desenvolvimento, pois estava próximo tanto dos engenhos de açúcar quanto de centros importantes para o escoamento da cana, como Laranjeiras e Maruim. Essa proximidade favoreceu dinâmicas que impactaram o crescimento urbano e a vida cotidiana da localidade (Franco, 2023, p.14 - 24).

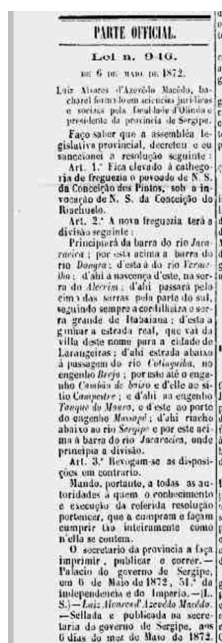
Uma das peculiaridades observada por Franco é que nos jornais da época, o povoamento era referido, alternadamente, como arraial ou distrito dos Pintos (Franco, 2023, p.27), Franco chama atenção para os termos utilizados pelos jornais refletindo sobre suas possíveis implicações, reflexões estas que também trago aqui. O primeiro termo utilizado para falar sobre o povoamento “arraial”, segundo o dicionário⁶ “*remete a um agrupamento de natureza transitória, em geral formado por trabalhadores que se dedicam a atividades de garimpo,*

⁶ Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, da Editora Melhoramentos Ltda, disponível para consulta apenas em formato digital.

mineração e assim por diante.” aqui, tendo visto que a cidade formava-se ao redor dos engenhos da região, pode-se supor serem trabalhadores rurais; o outro termo “distrito” conceitua-se como “cada uma das partes em que se subdivide administrativamente o território de um município e que pode abranger diversos bairros”, neste ponto, torna-se importante perceber que "distrito" aponta para uma possível percepção de pertencimento do povoamento a uma administração maior, sendo este o possível momento em que foi incorporado à administração de Laranjeiras não mais sendo visto como um assentamento temporário.

A análise das diferentes designações do povoamento, como "arraial" e "distrito", permite vislumbrar a transformação gradual da região em termos administrativos e sociais. Esse processo de transição, refletido nos termos empregados pelos jornais da época, evidencia o crescimento do povoado e sua incorporação à estrutura administrativa de Laranjeiras. Nesse contexto, é interessante observar como a participação ativa da população local, em eventos como a feira livre, também desempenhou um papel fundamental nesse processo de mudança. A seguir, abordarei como essas dinâmicas políticas e sociais culminaram na elevação do povoado à categoria de freguesia.

Segundo Bezerra (2012, apud Franco, 2023, p.32) a feira livre, aos domingos, era um ponto de atração econômica e social, mas também contribuía para a disseminação de doenças, já que o povoado carecia de medidas sanitárias adequadas. Quando a câmara municipal de Laranjeiras tentou mudar o dia da feira para segunda-feira, a população reagiu judicialmente, e esse movimento político do povoado, em busca de uma voz ativa diante da câmara de Laranjeiras resultou na elevação do povoado à categoria de freguesia. Esse avanço foi formalizado em 6 de maio de 1872, após discussão na Assembleia Provincial, com ajustes nos limites da nova freguesia. A lei de 06 de maio de 1872 foi publicada no Jornal do Aracaju, na edição 283 de 19 de junho de 1872. Abaixo recorte do jornal e sua transcrição:



Lei n. 946. DE 6 DE MAIO DE 1872.

Luiz Alvares d'Azevedo Macédo, bacharel-formado em sciencias juridicas e sociaes pela faculdade d'Olinda d presidente da provincia de Sergipe.

Faço saber que a assembléa legislativa provincial, decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. 1. Fica elevado á cathegoria de freguezia o povoado de N. S. da Conceição dos Pintos, sob a invocação de N. S. da Conceição do Riachuelo. Art. 2. A nova freguezia terá a divisão seguinte:

Principiará da barra do rio Jacaracica, por esta acima a barra do rio Dangra; d'esta á do rio Vermetho: d'ahi a nasçença d'este, na serra do Alecrim; d'alti passará pelo cim das serras pela parte do sul, seguindo sempre a cord Rdilheira e serra grande de Itabaiana, d'esta

a ginliar a estrada real, que vai da villa deste nome para a cidade de Larangeiras, d'ahi estrada abaixo á passagem do rio Cotinguiba, no engenho Brejo, por este até o engenho Cambio de baixo e d'elle ao sitio Campestre, e d'ahi ao engenho Tanque do Moura, e d'este ao porto do engenho Massapé, d'ahi riacho abaixo ao rio Sergipe e por este aci ma à barra do rio Jacaracica, onde principia a divisão.

Art. 3. Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, a todas as autoridades à quem o conhecimento e execução da referida resolução portencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como n'ella se contem.

O secretario da provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do governo de Sergipe, em 6 de Maio de 1872, 51. da independencia e do Imperio.-(L. S.)-Luiz Alvares d'Azevedo Macedo. Sellada e publicada na secretaria do governo de

Sergipe, aos 6 dias do mez de Maio de 1872. O secretario interino, Oséas d'Oliveira Cardoso. (Hemeroteca Digital Brasileira)⁷

A Freguesia foi elevada à categoria de cidade em 25 de janeiro de 1890, trazendo consigo o desenvolvimento urbano e o fortalecimento da burocracia local. O Engenho Central teve grande importância nessa transformação, impulsionando o desenvolvimento econômico e social. Ele empregava grande parte da população e foi responsável pela manutenção de ferrovias, estradas e habitações. O poder local se estruturou em torno do judiciário e da força policial, que se desvinculou de Laranjeiras em 1891. A elite açucareira, antes distante da vida urbana, passou a ver na cidade um lugar de poder e influência, com muitos coronéis exercendo papel político. Essa dominação se manteve por meio de alianças familiares e redes de poder que garantiam a continuidade da elite no controle político. Riachuelo se destacou na política estadual graças ao número expressivo de eleitores, o que assegurou o poder dos grandes proprietários de terras. A ausência de alternância de poder resultou em uma política previsível e concentrada nas mãos de poucos, como os "Leite-Franco", que formaram uma poderosa aliança familiar, consolidando sua dominação no Vale do Cotinguiba. (Franco, 2023, p. 109.)

Antônio Martins Bezerra, em sua obra *Riachuelo: Um Passado de Riquezas* (2012) explora o passado da cidade e tenta traçar um panorama geral detalhando seu desenvolvimento, sua economia, sociedade e eventos marcantes na evolução econômica e social de Riachuelo. Segundo ele (Bezerra, 2012, p. 30), o Hospital de Caridade da cidade foi fundado em 6 de fevereiro de 1905 pelo Padre Diogo José de Almeida, tendo como diretor o médico Sílvio César Leite. Nas décadas de 1970 e 1980, o hospital possuía uma ala de isolamento para tratar casos de meningite, tétano, difteria e raiva humana. Durante esse

⁷ Jornal do Aracaju, 1872, n.283, p.01. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-aracaju/218790>

período, mais de quatro mil casos de meningite foram atendidos, com uma taxa de resolução de 98%. Além do hospital, o município contava com um Posto de Higiene responsável pelo tratamento preventivo e combate a endemias rurais, prestando assistência médica geral à população.

No campo da assistência social, por várias décadas, o Abrigo de Menores Coronel Antonio Franco destacou-se como uma instituição relevante. Funcionando na antiga residência do coronel que lhe dava nome, o abrigo inicialmente tinha capacidade para 36 crianças, mas, devido à elevada demanda, o número de internos chegou a 96 na década de 1960. As crianças recebiam educação primária, orientação religiosa e participavam de atividades como a agricultura, realizada na Fazenda Olinda, ligada à instituição. Aqueles com habilidade musical integravam a filarmônica da cidade, localizada no próprio complexo do abrigo. A prática esportiva também era incentivada, envolvendo jovens da comunidade e internos do abrigo. O abrigo foi dirigido por vários anos pelo Padre Antonio Padilha, com o apoio de Heraldo Franco e do Dr. Cleovansóstenes Pereira de Aguiar. (Bezerra, 2012, p.30-31)

As manifestações culturais e religiosas foram destaque desde a gênese no município. No dia 8 de dezembro, consagrado à padroeira Nossa Senhora da Conceição, grandes festas eram realizadas, precedidas por uma animada novena e finalizadas com uma procissão imponente. Outra celebração religiosa de destaque era a festa de Bom Jesus dos Navegantes, marcada por uma procissão fluvial com canoas e saveiros – que partia da Capela de Bom Jesus dos Navegantes, localizada no Alto do Cruzeiro – e pela presença de folguedos populares e feira-livre. Entre as manifestações culturais de rito religioso havia o folguedo da Chegança que era realizado durante o Natal e mobilizava a população local. Nesse evento, os participantes, chamados de "marujada", simulavam expedições navais e cantavam sobre feitos heroicos, entre danças e dramatizações. (Bezerra, 2012, p.30-31)

Muitos grupos folclóricos, enriqueceram a cultura local nas décadas de 1950 e 1960, como o Cacumbi e o Reisado, que celebrava o ciclo natalino com cantos e danças. Durante as festividades juninas, além das quadrilhas, os batalhões, percorriam as ruas da cidade. Grupos como o Ferro Velho Popular e o Coração do Amor ganharam destaque nas décadas de 1960 e 1970. (Bezerra, 2012, p.30-31)

A cidade de Riachuelo realizava eventos para o calendário político, um evento interessante começou a ser comemorado a partir da década de 1970, com a administração do prefeito Pedro de Oliveira Santos, a prefeitura passou a organizar eventos alusivos ao Dia da Batalha Naval do Riachuelo, com desfiles militares e atividades esportivas, destacando-se a

corrida de 8 km, que se iniciava no povoado Pedra Branca e terminava na Praça Coronel Antonio Franco. (Bezerra, 2012, p.34)

Riachuelo sempre manteve uma forte tradição musical, com diversas filarmônicas ao longo de sua história. Mesmo com períodos de desativação, a cidade sempre revitalizou suas bandas, que contribuíram para a formação cultural e artística de várias gerações. Um exemplo notável foi o grupo musical "Os Invencíveis", que fez história nas décadas de 1960 e 1970, surgindo a partir de alunos do Ginásio Alberto Sampaio. O grupo foi apoiado pelo prefeito Dr. Júlio Leite e contou com a liderança do maestro Enoque Cardoso.

Em 1968, foi criado em Riachuelo o programa de auditório "Domingo Alegre", inspirado no sucesso do "Sábado Alegre", de Itabaiana, outro município sergipano. Esse novo programa logo se tornou um evento popular na cidade, sendo realizado no Cinema do Senhor Adalberto Moura, um espaço que reunia a comunidade local para momentos de entretenimento e celebração. Um dos momentos mais aguardados do programa era a coroação da Princesa e da Rainha da Primavera. Além disso, o programa contava com a presença do grupo musical "Os Invencíveis", que era a grande atração local, animando o público com suas apresentações musicais. Esse evento, com seu formato inovador para a época, consolidou-se como um ponto de encontro cultural e de lazer, deixando marcas na memória dos moradores da cidade (BEZERRA, 2012, p.307).

Embora as fontes disponíveis sobre a cultura popular de Riachuelo forneçam informações relevantes sobre as décadas anteriores, especialmente no que tange às manifestações culturais e religiosas, observa-se uma lacuna significativa nas fontes relativas à década de 1980. Com exceção das apresentações das filarmônicas e bandas da cidade, que mantiveram sua relevância cultural, e o período áureo do futebol local (BEZERRA, 2012, p.307 e 343), há uma escassez de registros que documentem outras manifestações populares dessa época. Esse vácuo aponta para a necessidade de estudos mais aprofundados que permitam compreender de maneira mais completa as dinâmicas culturais e sociais de Riachuelo durante esse período, o que torna o Caderno a ser estudado na próxima seção deste artigo ainda mais importante para a história da cidade.

3. UM CATÁLOGO DE CULTURA PARA RIACHUELO

O caderno *Riachuelo: Danças e Folguedos* é o sétimo volume da coleção de Cadernos de Cultura Popular, publicado em outubro de 1984 pela Secretaria de Estado da Educação e

Cultura, através da Subsecretaria de Cultura e Arte do Governo do Estado de Sergipe, durante a gestão do governador João Alves Filho – tendo como do secretário de Estado da Educação e Cultura e subsecretário de Cultura e Artes, na época do seu lançamento, Nicodemos Correia Falcão e Fernando Lins de Carvalho, respectivamente. – e do prefeito do município de Riachuelo, Pedro de Oliveira Santos.

A ficha técnica da publicação inclui José Valfran de Brito como coordenador-geral, Mariano Antônio Ferreira na coordenação executiva, e Edson Pereira de Andrade e Astênia Góis dos Santos como auxiliares de pesquisa. Marcel Bertram Nauer foi o responsável pela documentação visual, enquanto Fernando Petrônio Ferreira de Matos realizou a revisão geral e Cássia Araújo Barreto ficou encarregada da revisão gramatical. Genilda Mendes de Farias foi responsável pela datilografia.

A coleção de Cadernos de Cultura Popular é composta por 10 volumes: (1) Lendas Sergipanas, com primeira edição publicada em novembro de 1983 e segunda edição em julho de 1984; (2) Linguagem Popular de Laranjeiras - Primeira Parte, com primeira edição publicada em dezembro de 1983 e segunda edição em agosto de 1984; (3) Linguagem Popular de Laranjeiras - Segunda Parte, com a primeira edição publicada em fevereiro de 1984 e a segunda em dezembro de 1984; (4) Festejos Juninos, edição única, publicado em maio de 1984; (5) Danças e Folguedos Folclóricos de Santo Amaro das Brotas, edição única, publicado em julho de 1984; (6) Linguagem Lacrária, edição única, publicado em agosto de 1984; (7) Riachuelo: Danças e Folguedos Folclóricos, edição única, publicado em outubro de 1984; (8) Danças e Folguedos Folclóricos de Areia Branca, publicada em novembro de 1984, edição única; (9) A Zabumba em Sergipe, edição única de novembro de 1984; (10) Indumentária Folclórica de Sergipe, publicada em 1985.

O caderno Riachuelo: Danças e Folguedos Folclóricos é dividido em quatro partes. A primeira apresenta os aspectos do município de Riachuelo; a segunda descreve as manifestações folclóricas, com destaque para as danças e folguedos; a terceira é dedicada ao grupo folclórico de zabumba, que foi tratado separadamente por ser um grupo instrumental, e não de dança; e a quarta parte realiza uma análise dos grupos extintos na cidade.

I PARTE - Aspectos do Município de Riachuelo: A primeira parte do livro, como já mencionado, apresenta aspectos do município de Riachuelo e é composta por apenas uma página. Nessa página, o caderno relata que o território atualmente conhecido como Riachuelo era inicialmente ocupado pela família dos Pintos, tornou-se uma freguesia e, posteriormente, foi elevado à condição de cidade. Por fim, é apresentada a população de Riachuelo na década

de 1980, que era de aproximadamente 6.110 habitantes, sendo ressaltado que a parcela economicamente ativa do município se dedicava a atividades voltadas para a pecuária, agricultura e indústria têxtil.

Um ponto que chama atenção, é que ao mencionar os municípios limítrofes com Riachuelo, o caderno cita os municípios de Malhador, Santa Rosa de Lima, Laranjeiras, Nossa Senhora de Divina Pastora e Itabaiana, porém, a cidade de Riachuelo, não fazia fronteira com Itabaiana em 1984. É possível que a menção a essa divisa em algumas fontes dê-se em razão de que os primeiros registros da existência da cidade de Malhador, que faz divisa a oeste com Itabaiana e a leste com Riachuelo, remontam um período em que Malhador foi subordinada administrativamente ao município de Itabaiana. O que tornava Riachuelo e Itabaiana municípios limítrofes, o problema, porém, é que Malhador tornou-se município em 1953, trinta e um anos antes da publicação da coleção.

II PARTE - Manifestações Folclóricas - Danças e Folguedos: Na segunda parte do livro, busca-se explorar as manifestações folclóricas, danças e folguedos presentes na cidade.

A primeira manifestação abordada chama-se "batalhão". O caderno explica que o batalhão é uma dança popular folclórica, pertencente aos ciclos juninos, caracterizada por coreografias acompanhadas por instrumentos de percussão. Uma característica marcante dessa dança é a batida do pé. No município de Riachuelo, são destacados dois grupos de batalhão: o "Ferro Velho" e o "Coração do Amor".⁸

O grupo "Coração do amor", na época em que a pesquisa para a produção do caderno foi realizada, era liderado a 15 anos pelo senhor Gerson, possuía 100 componentes de todas as idades e 24 instrumentos em sua posse, sendo eles: 12 tambores, 2 cuícas, 6 ganzás, 2 reco-reco e 2 triângulos. O texto traz ainda a descrição indumentária, detalhando as seguintes informações:

Há uma indumentária especial para o grupo de Batalhão: Rainha do milho - vestido longo, coroa, luva e faixa idem para a porta estandarte para 02 "frentistas"; Figurantes - saia e casaco estampado, jabiraca, chapéu de palha e tênis; Homens - camisa com estampado diferente, jabiraca, chapéu, congá e calça de qualquer cor. O estandarte tem o fundo branco, com dois ramos de milho cor verde, um coração e as letras do nome do grupo em vermelho, com franjas ao redor. (Sergipe, 1984)

⁸ O texto também expõe que, durante o cortejo, os grupos precisam seguir trajetórias diferentes para evitar atritos entre os componentes.

O segundo grupo de batalhão a ser analisado chama-se “Ferro Velho” e era, na época em que a pesquisa para a produção do caderno foi realizada, há mais de 36 anos presidido pelo senhor Antônio Amaro, possuía 35 componentes, sendo todos eles idosos, o que teria dado origem ao nome do grupo. Em sua posse havia 12 instrumentos, sendo eles: 8 tambores, 1 cuíca, 1 agogô e 2 ganzás. Sobre a descrição indumentária o texto coloca esta é quase semelhante ao primeiro grupo⁹:

Os coordenadores (qualquer calça, camisa de manga curta, estampada, conga ou outro qualquer sapato e chapéu de palha, com tiras do mesmo pano da camisa). Os tocadores (qualquer calça, camisa de chitão de manga curta, estampada, qualquer sapato e chapéu de palha) Mulheres (saia estampada, do mesmo tecido dos tocadores, com elástico na cintura, blusa de algodão amarelo, sem mangas, amarrada no ombro) Frentistas (as mulheres vestido longo de tergal, dois vermelhos e dois amarelos, manga fofuquinha, de cintura, com pregas na saia, luva branca nas mãos, coroa trabalhada com "areia brilhante" e conga azul. (Sergipe, 1984, p.13)

A última das manifestações folclóricas trabalhadas pelo caderno nesta parte II, é a Chegança. O caderno destaca, nos primeiros parágrafos da descrição da Chegança, que o grupo pesquisado é bastante tradicional no município e recebe muito apoio da comunidade, o que garantiu sua continuidade. O senhor Gerson era, na época em que a pesquisa para a produção do caderno foi realizada, líder do grupo há 44 anos. A formação conta com 33 pessoas, todas do sexo masculino, com idades entre 14 e 68 anos. O grupo atuava nos ritos natalinos e nas festas de Nossa Senhora da Conceição e de São Benedito. Possuía em sua posse 4 pandeiros, e o senhor Gerson era responsável pelo solo das cantigas sendo respondido em coro pelos demais participantes.

Durante as festas religiosas mencionadas, o grupo usava dois tipos de roupas no estilo marinho, variando a cor conforme o horário das apresentações. Sobre a indumentária o caderno coloca:

Durante as festas religiosas, já citadas, o grupo usa duas roupas tipo marinho, variando apenas a cor: na parte da manhã, calça azul

⁹ Congas: Tênis muito comum na década de 1980, feito de lona com solado de borracha, conhecido por ser um calçado leve, confortável, de baixo custo e grande durabilidade.

O tecido tergal verão: também conhecido como poliéster, é usado para confecção de vestuário como uniformes e aventais.

Manga fofuquinha: tipo de manga que possui franzidos ou pregas nos ombros ou na costura, criando um visual arredondado e "fofo". Ex: mangas bufantes e balonê.

marinho com faixa branca nas laterais (confeccionadas com fitilho), dois bolsos na frente e dois bolsos atrás; gravata feita de fitilho branco e gorro branco na cabeça. Na parte da tarde a indumentária é o terno marinho, de cor branca.

O rei dos mouros usa uma roupa diferente (dos cristãos): calça verde escuro, de seda, com elástico na cintura, a camisa é da mesma cor da calça, de mangas compridas, com decote e gola semelhante a uma batina de padre. Na cintura uma faixa larga cor amarela, toda trabalhada com areia brilhante e pequenos pedaços de lata. Nas costas, coloca uma capa amarela trabalhada com areia brilhante, com franjas laterais cor vermelha, amarrada com uma fita no pescoço, na cabeça uma coroa também decorada com areia brilhante. (Sergipe, 1984 p.19-20)

III PARTE - Grupo Instrumental Zabumba: A terceira parte do caderno foi dedicada ao grupo instrumental de Zabumba do município de Riachuelo que, como dito anteriormente, foi tratado em uma seção à parte por ser um grupo instrumental. A Zabumba era uma manifestação cultural que, segundo o caderno, poderia ser classificada tanto como profana quanto religiosa: profana quando tocada em festas familiares ou de bairro, e religiosa quando acompanhava procissões e novenas. O grupo do município de Riachuelo era coordenado pelo senhor Antônio Cardoso Araújo, que esteve à frente do grupo por 30 anos, sendo a terceira geração de coordenadores. Quando o registro foi feito, o senhor Antônio tinha 88 anos. O grupo possuía 1 zabumba, 1 caixa e 2 gaitas em seu acervo. A indumentária usada pelos participantes durante as apresentações era simples, consistindo em uma camisa estampada, calça branca ou azul e tênis conga branco ou azul.

IV PARTE - Grupos Folclóricos Extintos: O caderno tratou de quatro grupos folclóricos extintos na cidade de Riachuelo, sendo eles um grupo de Cacumbi, um grupo de Guerreiro e dois grupos de Reisado.

O grupo de Cacumbi do município de Riachuelo, segundo o caderno, era liderado pelo senhor Antônio Amaro e possuía 16 componentes, todos do sexo masculino. Suas atividades eram desenvolvidas entre os meses de dezembro e janeiro nas festas de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. O grupo possuía em sua posse 6 instrumentos musicais, sendo eles: 2 caixas, 2 pandeiros e 2 ganzás. A indumentária do grupo era comum a todos os participantes, uma calça branca, camisa de mangas compridas da cor amarela, sapato Conga azul marinho e chapéu de palha ornamentado com espelhos, fitas e areia brilhante.

O segundo grupo extinto a ser descrito pelo caderno, é o grupo de Guerreiro. O Guerreiro é descrito como, um folguedo alagoano que surgiu na primeira metade do século XX como resultado de adaptações feitas na junção do Reisado, o que é, segundo o caderno,

percebido nitidamente pela linha melódica, a riqueza da indumentária e a utilização de instrumentos, assim como a presença de alguns personagens. O seu nome vem da “guerra” disputada nas apresentações. O grupo existente em Riachuelo era coordenado pelo senhor Antônio Leite e contava com 21 componentes, sendo eles 14 brincantes e sete músicos, com faixa etária que variava de 12 a 50 anos. O grupo possuía em sua posse instrumentos como sanfona, violão, cavaquinho, bumbo, pandeiro, triângulo e agogô. A indumentária poderia variar de acordo com o personagem interpretado pelo brincante, o caderno coloca:

- Palhaço (macacão estampado, rosto pintado, gurita na cabeça, tênis e apito).
- Mestre (uma coroa, camisa comum vermelha de manga comprida, calça verde de laquê, sapato e uma espada na mão).
- Índio (calção coberto de penas, na cabeça um penacho, na mão um arco e flecha).
- Rainha (vestido de laquê, saia verde, blusa vermelha, coroa e tênis).
- Figuras (todas iguais verde e vermelho, blusa e saia, usavam coroas com espelhos e "areia brilhante", espada e tênis. Os vestidos eram de alça, sem manga a saia rodada curtinha). (Sergipe, 1984, p. 32)

A terceira manifestação folclórica descrita pelo caderno trata-se do Reisado. Dois grupos são citados pelo caderno: O primeiro deles não possui nome citado, mas sabe-se que era um grupo presidido pelo senhor Carlinhos. Entre os instrumentos de posse do grupo havia sanfona, cavaquinho, pandeiro e tambor. Era composto por 17 componentes, distribuídos entre inúmeros personagens, sendo eles: o Palhaço, a Dona do baile, a Contra-mestra, a Brasileira, a ‘Cabocla’, a Camponesa, a Mariquita, o Canarinho, o Papagaio, o Rouxinol, o Aeroplano, o Calango, a Lagartixa, a Velha, o Velho, o Jaraguá, o Mandu e o Boi. Uma particularidade encontrada no Reisado que existiu no município de Riachuelo é que a denominação do personagem “Mateus” é trocada pelo termo “Milongo”¹⁰.

O segundo grupo chama-se “Baile estrela” e era coordenado pelo casal Noxete e Luzinete Correia. Foi extinto em 1980 quando contava com 21 componentes, sendo 10 homens e 11 mulheres com idade que variava entre 8 e 20 anos. Possuía três instrumentos: sanfona, pandeiro e zabumba. A indumentária do grupo levava as cores predominantes de qualquer reisado: verde e vermelho, sofrendo mudanças apenas quando se tratava dos personagens, o caderno coloca:

HOMENS

- Caboclo – macacão de chitão, gurita e calça um rolô.

¹⁰ O motivo da troca não é explicado pelo caderno.

- Boi – coberto de chitão, igual ao do caboclo.
- 02 mandu (máscaras) – uma cabeça gigante, pintada de branco e preto, bem feia. Uma com cara de homem, usando roupa de chitão, calça e camisa; outra com cara de mulher, pintada, usando vestido de chita.
- Cão – uma máscara preta pequena, uma espada na mão, calça e camisa vermelha.
- Alma – máscara branca, bem feia, com dentes. Uma foice, roupa branca (mortalha). Cordão na cintura e uma cruz.
- O jaraguá – cabeça de cavalo, cobertura branca de qualquer tecido.
- Os 05 tocadores não tinham roupa definida.

MULHERES

– Dona do baile – saia vermelha e casaco verde. Fitas, areia brilhante, folha de lata, papel luminoso como adereços. Chapéu de palha coberto com papel crepom, fitas, estrelas de papel laminado, quebrado de lado e rebordado com areia brilhante. Meia branca e conga azul, com apito na mão.

Os cordões usam chapéu igual ao da deusa, variando a cor, conforme a do cordão. As outras figuras usam uma indumentária de acordo com o cordão. Os detalhes de cada

lado são:

- Lado Verde – usa chapéu coberto de verde, com fitas verde e brancas, meia branca conga azul. Vestido verde com fitas.
- Lado Vermelho – chapéu coberto de vermelho com fitas vermelhas e brancas, vestido vermelho, conga azul e meia branca.
- A Cigana – Vestido de cigana, vermelho cheio de babados, com fitilhos brancos nas pontas. Na cabeça, um lenço vermelho, meia e conga.
- A Cabocla – Short vermelho com elástico nas pernas, uma cinta em forma de saia em pé nas, bustiê vermelho, enfeitado de areia brilhante; no pulso esquerdo, uma pulseira de penas e outra na perna direita, outra pulseira na cabeça, um capacete de penas, arco e flecha. (Sergipe, 1984 p. 37)

A descrição minuciosa das vestimentas e das figuras que compunham as manifestações extintas, não apenas oferece um retrato vivo da riqueza cultural um dia existente nos grupos que se dissiparam, mas também evidencia o cuidado do Caderno para com os seus detalhes simbólicos e estéticos.

A Introdução do caderno aponta o desaparecimento de grupos de danças e folguedos tradicionais como uma mudança significativa que afetou profundamente o Folclore do estado. O texto ainda reconhece que a falta de incentivo e interesse da comunidade, além da escassez de recursos ou o falecimento dos líderes por velhice ou doença, são fatores que contribuem para essa situação e comprometem a preservação das raízes culturais e que estes fatores justificaram a escolha do tema para a realização da pesquisa e a inclusão na coleção de cadernos de cultura popular (Sergipe, 1984, p. 6).

Ao documentar as características indumentárias dos grupos extintos com tanta precisão, o caderno cumpre um papel essencial na preservação e valorização de tradições que estavam ameaçadas de desaparecimento. Dessa forma, a obra transcende o simples registro e assume um compromisso com a memória cultural, reafirmando a importância de manter vivos os folguedos populares, como exposto na conclusão elaborada por José Valfran de Brito. Em três pequenos parágrafos, Brito coloca que com o lançamento da coleção de Cadernos de Cultura Popular a SUCA buscou contribuir não só para o estudo das criações populares como para a preservação delas.

A apresentação escrita pelo Coordenador do Setor de Pesquisa Folclórica José Valfran de Brito e os tópicos de Introdução e conclusão do caderno expõem claramente a preocupação da Secretaria de Cultura ao produzir a coleção: a gradativa extinção dos grupos de danças e folguedos folclóricos, sendo assim, pode-se constatar que a Parte IV do caderno aqui analisado, não é só a sua porção mais importante como é, possivelmente, o motivo da sua existência.

E se restavam dúvidas quanto a preocupação da SUCA no ato da produção dos cadernos, traço um último paralelo. Ao trabalhar as manifestações folclóricas extintas em Riachuelo o caderno cita motivações apresentadas em depoimento pelos antigos coordenadores para a eversão dos seus grupos¹¹ – O reisado baile estrela extinguiu-se pela ausência de pessoas para participar do grupo; O reisado do senhor Carlinhos acabou por questões políticas, segundo ele o grupo não aceitaria determinadas ordens impostas pela prefeitura; O grupo de cacumbi foi extinto pela dificuldade de se encontrar novos integrantes e pelo desinteresse acentuado da coletividade.

A expressividade contida nas manifestações folclóricas danças e folguedos do município de Riachuelo é muito forte tendo em vista o apoio que recebe da comunidade esta não só aceita as manifestações existentes como também incentiva os ex líderes a restaurar os grupos extintos tal movimento de suma importância não só para o fortalecimento da cultura local representativa do Estado como também para liberdade que estes grupos terão para prosseguir Livres sem interferências políticas que venham a prejudicar o florescimento da cultura popular folclórica do município. (Sergipe, 1984 p.53)

O trecho supracitado trata-se da conclusão do Caderno Riachuelo: Danças e Folguedos Folclóricos, e pode ser também utilizado para compor o núcleo de provas quando a aflição da secretaria, visto que ficam claros os votos de esperança para que o declínio das suas

¹¹ O motivo da extinção do guerreiro no município de Riachuelo foi o único não citado.

expressões folclóricas não se concretizasse. O texto destaca o apoio da comunidade local enquanto motor para o fortalecimento da cultura local e para a promoção do desenvolvimento da liberdade das manifestações folclóricas sem interferências políticas. Enfatizando que o engajamento da coletividade é um importante combustível para tornar forte a expressividade dos grupos folclóricos com poder para incentivar o seu florescimento de forma genuína e autêntica.

A análise dos textos de introdução e apresentação foi deixada para o final do estudo, pois acredito que seria mais proveitosa se unida ao texto de conclusão. Esses textos, junto à ênfase nos depoimentos dos coordenadores das manifestações extintas – que detalham indumentárias, descrevem as apresentações e explicam as razões para sua extinção – sustentam a ideia de que a Subsecretaria, ao desenvolver os cadernos de Danças e Folguedos dedicados às manifestações folclóricas, especialmente dos municípios de Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e Areia Branca, temia que esses representantes da cultura popular sergipana estivessem à beira do declínio de suas tradições culturais, principalmente se comparando-os a Laranjeiras, que na década de 1980 tornava-se uma verdadeira titânide da cultura popular sergipana, com a ascensão do seu encontro cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada para este artigo permitiu responder aos três tópicos motivadores iniciais. A análise revelou que a visão da Secretaria de Educação e Cultura do Estado sobre a cultura era fortemente influenciada pela visão nacional, moldada pelas questões autoritárias do período ditatorial brasileiro; a criação da coleção de Cadernos de Cultura Popular teve como principal objetivo preservar patrimônios culturais ameaçados de extinção, como destacado na seção três; a escolha da cidade de Riachuelo foi motivada pela significativa presença de manifestações culturais que já se encontravam em extinção na época da produção do caderno.

As tradições das filarmônicas e bandas de percussão musical seguem sendo muito aguardadas pela população riachuelense nos desfiles cívicos realizados em setembro, o mesmo acontece nos períodos de festejo junino com as apresentações da quadrilha junina Meu Sertão, que retornou as atividades em 2015 depois de um longo período de inatividade, mas, a questão da extinção de manifestações culturais permanece relevante no município de Riachuelo, visto que, passados 40 anos desde a publicação do caderno, metade das manifestações culturais registradas não existem mais, restando apenas dois grupos de

batalhão que sobrevivem graças ao apoio da prefeitura. É também passível de nota, a recente iniciativa da Academia Riachuelense de Letras ARLA que, em maio de 2024, estabeleceu a criação da Liga de Apoio Cultural da Arla (LACA)¹² contribuindo para o retorno de algumas tradições, como o grupo de Reisado.

Por fim, a pesquisa enfrentou desafios significativos devido à dificuldade de acesso à documentação da SUCA, uma vez que a instituição está dissolvida e parte dos documentos está inacessível. Apesar disso, foi possível consultar três das dez edições dos cadernos preservadas pela Biblioteca José Alves Filho (no Arquivo Público Estadual), permitindo a continuidade do estudo.

A indisponibilidade da documentação da SUCA e da FUNDESC revela uma clara negligência do Estado no cuidado com a preservação de registros históricos e culturais essenciais. A maior parte dessa documentação, que deveria estar acessível para pesquisa e consulta pública, encontra-se armazenada em condições inadequadas, no porão do Teatro Tobias Barreto, e sem qualquer previsão de catalogação ou disponibilização. Essa falta de cuidado não só compromete a memória institucional dessas entidades, mas também inviabiliza estudos que poderiam contribuir para a valorização e salvaguarda do patrimônio cultural. A ausência de políticas eficazes para a gestão e conservação desses arquivos reflete um descaso com a preservação da história cultural local, prejudicando tanto pesquisadores quanto a sociedade em geral, que perde o acesso a registros importantes para a construção e manutenção da identidade cultural do Estado.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Luciana. Celebração e Estudo do Folclore Brasileiro: o encontro cultural de Laranjeiras/SE. Aracaju: Editora Edise, 2017.
- ALBUQUERQUE, Franco Breno Assis. Riachuelo nos jornais sergipanos (1860-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS). Orientador: Éder Donizete da Silva.
- ARAGÃO, Tiago Silva. Análise do processo de tombamento do engenho Penha, Riachuelo, Sergipe. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Arqueologia, Laranjeiras, 2010. Orientador: Gilson Rombelli.

¹²Vide regimento em: <https://www.academiariachuelense.org.br/pdf/laca.pdf>

AZEVEDO, Sônia Cristina Santos de. Ditadura Militar Brasileira e Política Nacional de Cultura (PNC). Revista Brasileira de Sociologia, Brasília, v. 4, n. 7, p. 117-136, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5896090.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

BEZERRA, Antônio M. Riachuelo: Passado de Riquezas. Aracaju: Textopronto, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: O que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-144.

CARVALHO, Ana Conceição Sobral de. Monumentos sergipanos: [bens protegidos por lei e tombados através de decretos do Governo do Estado] / Sergipe. Secretaria de Estado da Cultura; coordenação de Ana Conceição Sobral de Carvalho e Rosina Fonseca Rocha. Aracaju: Sercope, 2006.

CAVALCANTI, Maria Laura. Os estudos de folclore no Brasil: folclore e cultura popular – as várias faces de um debate. 1992.

COELHO, José Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Iluminuras, 2004.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, Sergio (Org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

COSTA, João. A sociedade Artística de Sergipe. Revista de Aracaju, p. 25-27, 1985.

DANTAS, Ibarê. História de Sergipe República (1889 - 2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DOMINGUES, Petrônio José. Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica. História (São Paulo), v. 30, n. 2, p. 401-419, ago./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000200019>.

ELIOTT, T. S. Notas para uma Definição de Cultura. São Paulo: Perspectiva, 1988.

FERNANDES, Natalia Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 3, n. 1, jan.-jun. 2013, p. 173-192.

FREITAS, Itamar. A escrita da História na "Casa de Sergipe"1913-1999. Editora UFS, Universidade Federal de Sergipe, 2002.

Jornal do Aracaju. 1872. n. 283, p. 01. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-aracaju/218790> . Acesso em: 9 de out. 2024.

LIMA, Jackson da Silva. O folclore em Sergipe. 1º Romanceiro. Ciência & Trópico, 6(2). Recuperado de <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/204>

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. Arquitetura sergipana do açúcar. Aracaju: Funcaju/Unit, 1999.

MAIA, Tom; NASCIMENTO, José Anderson; MAIA, Thereza R. Camargo. Sergipe Del Rey (1929). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

MATOS, Luana Silva Boamorte de. Patrimônio Cultural e Educação: Um Estudo das Representações sobre Educação Patrimonial Desenvolvidas em Aracaju-SE (1985-1991). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

MICHELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, da Editora Melhoramentos Ltda, disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>

MINTZ, Sidney W. Culture: An Anthropological View. The Yale Review, XVII (4), 1982, p. 499-512. Tradução disponível em : [Cultura: Uma visão antropológica](#) . Acesso em: 09 out. 2024.

OLIVEIRA, Raianne Pereira de. A memória cultural sergipana na perspectiva do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH, 1970-1975). São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2019. Orientador: Claudefranklin Monteiro Santos.

ORÍÁ, Ricardo. Prefácio. O patrimônio Cultural na Legislação Brasileira. In: Legislação sobre Patrimônio Cultural. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 09-12.

REIS, Paulo Fernandes dos. Políticas Nacionais de Cultura: o documento de 1975 e a proposta do governo Lula/Gil. Políticas Culturais em Revista, Salvador, v. 1, n. 2, p. 1-16, 2009.

RUBIM, Antonio Albino C. (Org.). Políticas Culturais do Brasil: Balanço e Perspectivas. São Paulo: Cia Colabre, 2007.

SÁ, Antonio Fernando de Araujo. O I FASC e a política cultural do Estado Autoritário. In: Cadernos UFS de História, n. 1, 1995.

SANTOS, João Bosco. Os mestres da cultura popular no espaço educacional: aproximações e distanciamentos. Revista Internacional de Educação e Contemporaneidade (UFS), v. XVI, n. 15, setembro de 2022.

SILVA, Clodomir. Álbum de Sergipe (1820 - 1920). IHSE, 2020.

Legislação e Documentos normativos

BRASIL. Compromisso de Brasília (1970). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 09 out. 2024.

BRASIL. Lei Nº 2.517, de 05 de dezembro de 1984. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Estadual de Cultura - FUNDESC.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Política Nacional de Cultura. Brasília, 1975.

SERGIPE. Lei n. 2.069, de 28 de dezembro de 1976. Disponível em: <https://aleselegis.al.se.leg.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L20691976.html>. Acesso em: 09 out. 2024.

SERGIPE. Manifestação da lúdica folclórica em Sergipe. Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH), 1975.

SERGIPE. Plano Estadual de Educação e Cultura (1971-1974). Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe, 1970.

SERGIPE. Quadro Resumo: Metas e medidas prioritárias. Subprograma – Cultura e Patrimônio Histórico, 1971. In: PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. dezembro/1970. p. 131-132.

SERGIPE. Subsecretaria de Cultura e Arte. Riachuelo: Danças e Folguedos Folclóricos. 1. ed. Sergipe: Subsecretaria de Cultura e Arte, 1984.